

ATA NÚMERO DEZANOVE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos dezoito dias do mês de dezembro, de dois mil e vinte, pelas 09:30 horas, reuniu em sessão ordinária o Plenário da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da ordem do dia:

II - Ordem do Dia:

- 1- **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;**
- 2- **Participação Variável no IRS;**
- 3- **Taxas de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis;**
- 4- **Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**
- 5- **Declaração de Interesse Municipal do Projeto da Casa de Abrigo de Valverde;**
- 6- **Projeto de Regulamento Cartão Municipal Mais + Família;**
- 7- **2ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020;**
- 8- **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 – Demonstrações Financeiras Previsionais;**
- 9- **Mapa de Pessoal 2021;**
- 10- **Moção – Regionalização;**

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências por motivo justificado dos Senhores Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, João Luís Gonçalves de Frias Ribeiro, Hernâni Gonçalves Gomes e Maria de Fátima Nunes Gomes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por cumprimentar todos os presentes desejando as Boas Vindas ao Senhor Vereador Nuno Filipe Lopes da Silva.

Minuto de Silêncio;

O Senhor Presidente começou por dizer que, no dia 23 de novembro faleceu o Dr. Fernando José Alves Correia.

Foi membro desta Assembleia Municipal, onde teve uma passagem efémera. Um grande amigo e muitas vezes lhe confidenciou, e não só a ele que, a sua grande paixão era a medicina e a vida política pouco lhe dizia, por isso pediu a suspensão do mandato.

Dizia o Senhor Presidente da Assembleia que a sua paixão era a medicina e sem dúvida que exerceu o ato médico com extremo profissionalismo e grande dedicação.

Todos os que aqui estão nesta Assembleia com a sua idade, os relativamente mais velhos e talvez os mais novos, lembram-se certamente do papel do Médico antes da implementação do S.N.S., vindo-lhe à memória nomes como o do Dr. Viana, Dr. Casimiro e o Dr. Fernando que, estavam de serviço 24 horas por dia 365 dias do ano, ficando conhecidos como médicos do Povo.

O Dr. Fernando que teve a honra de ter como grande amigo e como companheiro na Penha “Os Barriguinhas” e em muitos convívios que recordará sempre pela defesa acalorada do seu Benfica, onde falava dos netos com um carinho e um amor imenso.

Era um homem bom, um grande profissional, sempre disponível, foi médico de praticamente todos os habitantes do Concelho, dos Concelhos limítrofes e outros mais distantes que, dele se socorriam não só no consultório, mas também em visitas ao domicílio.

O Município de Almeida quis honrar a sua generosidade, esta sua grandeza agraciando-o com a medalha de ouro do Município que, o Executivo Municipal propôs e esta Assembleia votou, por unanimidade.

É assim que o quer recordar, como um grande amigo, um homem bom, um homem generoso, sempre disponível, como médico que honrou a classe médica e a medicina.

No dia 01 de dezembro faleceu o Francisco Alexandre Tomás Afonso “Xico”. membro desta Assembleia Municipal.

Deixou-nos aos 44 anos de idade, muito jovem quando ainda tinha muito para viver e muito a dar ao serviço da comunidade.

Tinha um grande coração cuja amizade partilhava com muitos amigos.

A política levou-os a ocupar lugares comuns, mas para além da disputa política o Xico tinha amigos em todo o lado, bem patente nesta Assembleia Municipal com amigos em todos os quadrantes políticos aqui representados.

Recordaremos para sempre o Xico pelos seus excessos, mas acima de tudo pela sua bondade, a sua dedicação, a sua capacidade de trabalho e de organização, que enchia de vida os espaços que ocupava e partilhava.

Ninguém é insubstituível, mas o Senhor Presidente da Câmara de Pinhel vai ter muita dificuldade em encontrar um substituto para as funções que desempenhava.

É assim que o queremos recordar, um homem bom, afável, sempre disponível, um trabalhador incansável, um grande amigo.

No dia 16 de dezembro faleceu o Senhor Mário Alexandre.

Um final de ano trágico em que perdemos muitos amigos. O Senhor Mário Alexandre dedicou uma grande parte da sua vida com a profissão de bancário dedicando-se também à vida pública e à política.

Foi membro desta Assembleia Municipal onde esteve durante alguns anos como Secretário da Assembleia.

Não soube do seu falecimento, com as restrições a que nos obriga esta maldita pandemia coincidiu não ter o telemóvel disponível com uma avaria em que perdeu tudo o que nele guardava com as centenas de números de telefones.

Lamentou imenso não ter estado na sua última despedida e por isso quer apresentar à família enlutada sentidas condolências e o nosso muito obrigado pelos serviços prestados a esta Assembleia.

Foi mais um amigo que perdeu que perdemos também como nosso companheiro confrade na confraria dos Aromas e Sabores Raianos.

Também no dia 01 de dezembro faleceu o nosso conterrâneo natural de S. Pedro do Rio Seco, o Professor Eduardo Lourenço.

Era uma figura de dimensão maior cujo valor e prestígio não se pode diluir na pequenez da sua terra natal S. Pedro do Rio Seco ou do Concelho de Almeida.

A sua grandeza intelectual como Filósofo e pensador ultrapassaram as Fronteiras da Ibéria e naturalmente França onde lecionou e viveu um longo período da sua vida.

Lembrou o último encontro que teve com ele numa conversa e almoço na Gulbenkian na companhia dos grandes amigos Dr. Luís Queiroz e Dr. Álvaro de Carvalho, quando da luta travada com o encerramento da Agência da Caixa Geral de Depósitos de Almeida.

Nem ele com a sua intervenção conseguiu demover a teimosia e obstinação do Dr. Paulo Macedo, mas dali saiu a promessa que, as instalações da Caixa Geral de Depósitos de Almeida ficariam abertas ao público e pese embora ficasse sem código prestaria os serviços na sua quase totalidade por forma a servir a população.

Escritor Universal, Filósofo, Ensaísta, Poeta e Conselheiro de Estado, agraciado com os prémios Camões e Pessoa, é e será para sempre uma figura incontornável da Cultura Portuguesa.

Numa das últimas entrevistas quando lhe perguntaram o que para ele representava a morte, respondeu com uma frase curta de apenas duas palavras “Separação da Vida”.

Era assim o seu pensamento, frases curtas, mas cheias de significado e enorme profundidade.

A morte poderá ser a separação da vida, mas o nome dele ficará sempre associado à nossa Portugalidade, à nossa cultura, honrando o nome de Portugal no Mundo.

É citando Eduardo Lourenço “A Morte é a Separação da Vida” que nos despedimos do Dr. Fernando, do Francisco do Mário Alexandre e do Professor Eduardo Lourenço, com um até sempre e que Descansem em Paz, e que em sua memória se guarde um minuto de silêncio.

Aprovação da Ata N.º 17 da Assembleia Municipal – Sessão Ordinária do Dia 25 de setembro de 2020:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posta a Ata número 17 realizada no dia 25 de setembro de 2020, a votação tendo a mesma sido aprovada, por maioria, após simples correções, registando-se 2 abstenções.

Aprovação da Ata N.º 18 da Assembleia Municipal – Sessão Extraordinária do Dia treze de outubro de 2020:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posta a Ata número 18 realizada no dia 13 de outubro de 2020, a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

Atas da Câmara:

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia disponibilizou para consulta, as atas das Reuniões do Executivo, realizadas desde a última Assembleia até à presente data.

I – Período Antes da Ordem do Dia:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém desejava intervir neste ponto, tendo-se inscrito os Senhores que se indicam apresentando as seguintes questões:

Pelo Senhor Miguel Pinto em primeiro lugar questionou o Executivo se seria possível encetar algum tipo de negociação com os operadores de redes móveis nacionais de modo a poderem aumentar a oferta de fibra ótica e das redes móveis propriamente ditas, no Concelho. Informou que noutros Concelhos já foi feito, mas mais relacionados com a fibra ótica e neste caso com a Altice, porque dados do ano passado indicam que 41% dos utentes utilizam esta rede móvel a nível Nacional, sendo a sua sugestão que, se fosse possível deveriam ser encetadas esse tipo de negociações, ou protocolos ou a figura legal mais indicada para o efeito, negociando com as três operadoras nacionais.

A segunda questão prende-se com a necessidade de aumentar os esforços de divulgação das iniciativas da Câmara, porque tem sido bastante profícua na produção de iniciativas quer de incentivos à fixação de famílias e de empresas, no entanto, muitas vezes não é fácil de se chegar à conclusão dos incentivos que nos dizem respeito, simplesmente porque não estão sistematizados, sendo uma coisa fácil de fazer e facilitará de certo o trabalho às famílias e às empresas.

Por outro lado, e também nesses esforços de divulgação sugere que, se criasse uma área em que se sistematizasse também os benefícios do cartão jovem do cartão social e do novo cartão a criar, uma vez que os regulamentos dos outros cartões preveem a possibilidade de integrar novos benefícios ao longo do tempo e no regulamento até se fala em integra-los no Boletim Municipal que, não existindo agora poderá até haver certos benefícios previstos no regulamento que já não são existentes por não haver esse serviço ou outros que não estão lá presentes pelo serviço ter sido criado depois do regulamento.

Por outro lado, sugere a divulgação também da aplicação do Município porque crê que a maior parte dos Municípes não tem a ideia que ela exista, sugerindo também que o outdoor situado na autoestrada em particular assim como outros que estão espalhados e fazem publicidade institucional do Município, lhe seja aplicado uma espécie de tarja ou outro material com mais que um uso permanente, porque o situado na autoestrada ainda está a fazer publicidade à Feira de Caça e Pesca do corrente ano e seria uma forma de ir substituindo conforme os eventos fossem acabando dizendo qualquer coisa como visite Almeida ou até fazer mais do que um publicitando diversos locais do Concelho.

Sobre o referido outdoor já sugeriu no passado e se ainda será viável a sua iluminação com a colocação de um painel solar que alimente uma bateria.

Perguntou ainda sobre o ponto de situação do Projeto Porta de Portugal apresentado pelo Governo sobre a Revitalização da Zona da Fronteira de Vilar Formoso.

Finalizou congratulando-se com a redução das portagens nas ex Scut's e principalmente na A25 que nos serve, no entanto, disse que, se deveria trabalhar até à sua eliminação, porque embora defenda o princípio de utilizador pagador, neste caso crê

que por forma a eliminar assimetrias que, se verificam entre os territórios do litoral e do interior esse princípio não deveria existir para as autoestradas que nos servem.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula foi dito que se revê e subscreve as palavras ditas pelo Senhor Presidente da Assembleia e perguntou qual o ponto de situação em que se encontram os projetos referentes ao telhado da Antiga Escola Primária e Telheiro que pretende levar a efeito.

O Senhor Presidente de Freguesia de Malhada Sorda, informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Presidente da Câmara que, as obras que foram efetuadas na Esnoga e no Cemitério e que têm a ver com a infiltração da água se mantêm. Depois das obras feitas o problema permanece e que os passeios do Cemitério tinham juntas em cimento e passaram a ter juntas de areia, ou seja, não ficaram como primitivamente.

Informou também que, foi pedido para serem reparadas as juntas de dilatação da Ponte sobre a Ribeira de Tourões na Estrada 1087 que liga a estrada 332 (Estrada da Raia) e que provocou um acidente por falta de sinalização em que o acidentado não quis participar, desconhecendo o motivo, mas é do seu conhecimento que não existia sinalização, estando apenas duas barreiras da Câmara Municipal que, de noite e numa curva não era visível, assim sendo solicitou para que, em futuras situações fossem as obras bem sinalizadas por forma a serem evitados outros acidentes.

Manifestou também o seu descontentamento em relação à recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos o que provavelmente não se verifica só na Freguesia de Malhada Sorda o que nos tempos de hoje não se admite e se a empresa adjudicatária não tem capacidade para assumir o serviço deve criar condições para tal, porque são os Presidentes de Junta que, estão no terreno e o Povo é a eles a quem pedem satisfações e apresentam as reclamações não sendo deles essa responsabilidade, achando que a empresa devia ser punida pelo não cumprimento das respetivas obrigações, porque na Malhada Sorda e durante o corrente ano aconteceu várias vezes o que não é bom.

Solicitou ainda ao Senhor Presidente da Câmara que, se possível fosse mandar proceder à substituição da placa de limite de Concelho com o Sabugal entre Malhada Sorda e Vilar Maior, porque apenas existe a estrutura.

Por último e em relação à balança colocada em Vilar Formoso, perguntou se a mesma existe só para servir os agricultores.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi inicialmente perguntado qual o prazo de execução da empreitada da Revitalização da Rua do Comércio, por forma a poder informar os comerciantes e quando vai ser feita a intervenção em cada um dos sítios por forma a se precaverem.

Na sequência da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda e relativamente à balança referiu que, continuam sem informação sobre o seu funcionamento e se também poderão ser agentes de distribuição de cartões na sede das Juntas de Freguesia ou Espaço de Cidadão, porque as pessoas perguntam e não sabe o que lhes dizer.

Mais referiu que, na reunião realizada com os empresários há quinze dias, foi questionado e pedido para perguntar se têm sido tomadas diligências no sentido de ser colocada sinalização na autoestrada A62, com a indicação de Vilar Formoso, nomeadamente no segundo Nó.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi perguntado qual o ponto de situação sobre a probação por parte da Agência de Desenvolvimento e Coesão, relativamente à Eurocidade, ou seja, da constituição da mesma.

Pela Dr^a Sónia Cunha foi dito que, pelo que entendeu a Câmara fez um contrato com uma empresa de transportes para publicitar o Concelho de Almeida e as localidades escolhidas foram Almeida e Vilar Formoso, lembrou que somos o único Concelho do País que tem duas Aldeias Históricas, no entanto, perguntou quais foram os critérios para esta escolha visto Castelo Mendo não ter sido escolhida e também é uma Aldeia Histórica.

Referiu também que vê a Câmara a fomentar o turismo Judaico em Vilar Formoso e nunca viu nenhuma publicidade à Esnoga de Malhada Sorda, gostando de também saber quais os critérios.

Pelo Senhor Frias foi manifestada em seu nome e em nome de muita gente a sentida homenagem às pessoas que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal enunciou, umas delas mais próximas e muito próximas e de todos conhecidas e outras como concretamente o caso do Professor Eduardo Lourenço, apesar de não haver essa proximidade com certeza que todos lhe reconhecem o mérito de todo o seu trabalho feito ao longo de muitos anos.

Desejou também ao Senhor Nuno Silva que no momento exerce o cargo de Vereador do Partido Socialista um Bem-Vindo, o qual já exerceu funções autárquicas numa Freguesia do Concelho, nomeadamente na terra de origem, em Vale da Mula.

Mais referiu que, o Concelho necessita de pessoas como o Vereador Nuno que continuam a demonstrar que necessitamos de todos por vezes dos que estão um pouco mais distantes ou menos presentes fisicamente, mas todos são Bem-Vindos para a luta que todos têm de travar pelo Concelho de Almeida.

Relativamente aos subsídios atribuídos às Juntas de Freguesias referiu que, também possui um parecer e o que reflete concretamente é que a verdade não é obrigatório, mas é recomendável que haja um regulamento de atribuição de subsídios e se procurar no Google irão encontrar-se montes de Regulamentos, sendo a forma mais transparente dando igualdade de oportunidade a todos, definindo-se critérios, porque todos sabem e conhecem as dificuldades financeiras das Juntas de Freguesias, sendo certo que nos últimos dois anos têm sido aumentadas as transferências, mas o dinheiro é escasso e não pode chegar para tudo, mas por vezes há certo tipo de pedido de subsídios que são formulados à Câmara e se uma Junta não estiver minimamente apetrechada para fazer face a certos encargos não consegue, recomendando seja da forma que for para nunca mais vir à Assembleia uma ratificação de um subsídio que o Executivo Municipal atribuiu.

A Assembleia tem as suas competências e delibera sobre casos concretos, mas sobre uma ratificação de um subsídio já atribuído não.

Existem outras formas jurídicas que dão segurança ao Executivo que se podem ir fazendo, mas ratificações não, porque a Assembleia Municipal delibera sim ou não, mas não ratifica qualquer posição do Executivo porque não a deve ratificar porque vai contra a Lei.

Seguidamente solicitou esclarecimento de como este ano foram pedidos contributos para o Orçamento aos Deputados Municipais da Oposição. A ele chegou-lhe um pensando que era dirigido ao Partido Socialista, mas depois constatou que não e houve mais companheiros seus que receberam a mesma notificação. Assim sendo gostava de ser esclarecido a quem foram pedidos esses contributos e em que Lei o

Senhor Presidente se baseou e se alguma coisa mudou, porque o que tem sido feito mal ou bem nesta Câmara e de acordo com a Lei é pedir o contributo aos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia que são os detentores do Estatuto do Direito da Oposição, chamando a atenção porque já há alguns anos que não o vê porque se lhe pode ter escapado que é o próprio relatório anual que tem de ser feito.

Sobre a Eurocidade perguntou se o Território do Concelho de Almeida lhe vai pertencer todo.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que sim.

Para responder às questões que lhe foram colocadas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, começou por agradecer as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e dirigidas especialmente ao seu Sogro Dr. Fernando Correia e a forma sentida como o fez. No papel de Presidente da Câmara e de genro é impossível separar e regozijar-se por ter a honra de conviver diariamente com ele, mesmo antes de casar, já era seu amigo e médico o que se foi adensando ao longo da vida que partilhou com ele, sentindo-se neste momento tanto ele como a família muito tristes, mas recuperando lentamente do abalo sofrido e enquanto o Senhor Presidente da Assembleia falava estava a lembrar-se de um outro grande amigo que faleceu, dizendo emocionado que este ano é para esquecer e naturalmente que se associa a todas as homenagens que aqui foram feitas.

Informou de que, nas duas últimas reuniões da Câmara onde os assuntos foram debatidos e sobre quais as formas de poderem ser homenageados, lançando o repto, tendo na última reunião surgido já algumas ideias, estendendo também à Assembleia para que possam chegar essas iniciativas ou ideias para que possam ser debatidas na Câmara Municipal e ser implementadas no futuro caso sejam adequadas.

Por último agradeceu as palavras que foram dirigidas a todos, mas em especial as dirigidas ao seu sogro Dr. Fernando Correia.

Respondendo ao Senhor Miguel Pinto e sobre os operadores informou de que têm surgido notícias sobre estas questões e o que está a acontecer em Portugal é o concurso/leilão para o 5G que, será o próximo objetivo que está a ser feito, temendo que as cidades tenham a preponderância maior porque é onde estão os clientes e o Interior seja novamente esquecido como tem sido sempre.

Informou que, o plano de intervenção para o 2030 que está delineado na Comunidade Intermunicipal, um dos pontos principais é o das redes. É um programa dirigido à modernização para se poder fazer investimento na questão de ligações de internet, acrescentou que está convocado para uma reunião na próxima segunda feira para se debater a questão da articulação desse período e da possibilidade de haver de alguma forma parceria entre as operadoras e as Câmaras Municipais, porque tudo é possível, se for de acordo com o CCP. O relacionamento que teve durante este percurso como Presidente, houve sempre comunicação com as operadoras no sentido de melhorar o sistema, tendo havido outro leilão no 3G e 4G que foi efetuado e foram colocadas antenas em algumas Freguesias e as redes teoricamente deveriam ter melhorado, mas o que é certo é que se continua a ter débitos de internet com sinais muito baixos e zonas que nem sequer estão cobertas e outras apenas cobertas com uma das redes, nomeadamente Malpartida, Vale da Mula, S. Pedro do Rio Seco, zona do Alto do Freixo, Aldeia Nova, zona do Côa e na reunião irá ter em atenção todas estas questões e mostrar a sua preocupação e se o projeto 2030 assim o permitir é uma das apostas

principais que vai debater porque é assim que está delineado, esperando que tudo corra bem e o 5G seja leiloado e o Interior também vir a ter acesso a esta tecnologia.

Relativamente à divulgação referiu que, vê anúncios daquilo que se faz já há vários anos por parte de vários Municípios e entre eles grandes cidades a fazerem anúncios de questões que estão implementadas há muitos anos na Câmara Municipal de Almeida e assim se continua a fazer.

Concorda que existe um défice, mas terá que melhorar-se essa questão assim como o Boletim Municipal que não foi feito até ao momento, nem mesmo eletronicamente, mas é uma situação que se deve ponderar fazer no sentido de prestar toda a informação à Comunidade, sistematizar os benefícios a aplicar e dar conhecimento concordou com a sugestão, lançando também um desafio aos Senhores Vereadores, no sentido de se poder juntar informação das respetivas áreas.

Sobre os outdoors e respetivas localizações informou que, se está a fazer um trabalho para renovar e repensar as localizações dos mesmos no sentido de colocar outra forma e outros locais que estão a ser estudados fruto da ligação que está a ser construída o que vai obrigar que, o sentido do trânsito nas saídas principais não seja feito nos mesmos locais.

Mais informou que, o trabalho se encontra em estado avançado e um investimento bastante avultado, estando determinado a deixar trabalho nessa matéria, envolvendo o projeto global bastante investimento inicial direto e depois um investimento contínuo de manutenção com a colocação e renovação de vários equipamentos.

Relativamente ao Projeto Porta de Portugal o Senhor Presidente da Câmara informou que, das reuniões que tem havido com os membros do Governo e de acordo com o protocolo assinado o último contato que teve com a Secretária de Estado do Turismo através de ofício enviado em agosto coincidiu com o anúncio do fecho da Pousada de Almeida, reportando-lhe esses dois temas o da Pousada e o Projeto da Porta de Portugal para saber qual o ponto de situação. Foi contactado por um técnico do Turismo de Portugal que lhe pediu dados e mostrou-lhe algumas soluções com as quais concordou, ficando eles de lançar o concurso, não sabendo neste momento em que fase se encontra. Tinha uma reunião marcada com a Senhora Ministra da Coesão em novembro, mas teve que ser adiada, esperando que seja reagendada para breve porque há assuntos urgentes para tratar.

Sobre a redução das portagens, concorda plenamente com o que o Senhor Miguel Pinto disse, é evidente que todos se congratulam com a redução das mesmas para 50%, com uma aprovação negativa na Assembleia da República em que os Partidos da Oposição aprovaram a redução, mas ainda se irá ver como vai ser operacionalizada. Concorda que o trabalho de reivindicação deve continuar porque devem ser a custo zero, porque as Scut's foram projetadas e feitas dessa forma e com essa metodologia e só mais tarde é que vieram a ser implementadas as portagens pelo Partido Socialista. Existem algumas críticas sobre a localização dos pórticos e também escreveu ao Ministro das Infraestruturas no sentido de quando estavam a fazer as alterações dos mesmos, solicitando que o que está situado à saída de Vilar Formoso fosse eliminado, por forma a haver um tratamento igual dentro do Concelho, mas a resposta obtida não lhe agradou rigorosamente nada, mas é uma luta que deve ser continuada.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula é do seu conhecimento que deram entrada os projetos do telhado da Escola e do Telheiro, não sabendo se o Departamento já lhe deu o devido seguimento.

Dada a palavra ao Senhor Diretor de Departamento este informou de que, os mesmos deram entrada nos Serviços e neste momento, encontram-se em apreciação no gabinete do Senhor Arquitecto Martins e provavelmente até ao final do ano será feita a referida apreciação.

Em relação às questões do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda o Senhor Presidente da Câmara, tendo em conta a informação que o Senhor Diretor de Departamento lhe tinha dado era que, as intervenções estariam concluídas e os problemas resolvidos, sendo esta informação uma surpresa desagradável porque afinal não foram resolvidos os problemas de infiltração de águas na Esnoga e diminuição do nível freático no Cemitério.

Consultado o Senhor Engenheiro Xavier este informou que, as obras foram concluídas em agosto e já houve pluviosidade intensa e não houve qualquer comunicação por parte do Senhor Presidente da Junta, o que o levou a comunicar ao Senhor Presidente da Câmara o bom resultado da intervenção. Assim sendo, solicitou que quando houver infiltração de água para comunicar aos Serviços que com o autor do projeto seja avaliada a situação.

Mais informou de que, foi escavada a rocha o que não deveria ter acontecido porque está toda fragmentada e como é sabido na Malhada Sorda está por estratos e é muito complicado impermeabilizar a Esnoga, procurando-se com a intervenção minimizar o impacto das infiltrações, impermeabilizando o logradouro do vizinho que também contribuía para a entrada da água no edifício, mas o que se passa nos estratos inferiores é que é o problema.

Em relação às juntas de dilatação na ponte teve conhecimento e tratou-se de melhorar a situação com intervenção no local com os trabalhos sinalizados, não deixando de ser verdade que não foi avaliada da melhor forma o perigo que havia no local e que a sinalização não seria a mais indicada e deverá ter que ser melhorada.

No que diz respeito à recolha dos resíduos sólidos urbanos é do seu conhecimento que existiu a manifestação do Senhor Presidente da Junta e foi feita a avaliação, perguntando a todos os Senhores Presidentes de Juntas, se está a acontecer de uma forma genérica nas Freguesias, porque daquilo que, se apercebe nos locais por onde passa tem havido um cuidado maior por parte da empresa, tirando algumas situações pontuais que, se vinham verificando e agravando no verão quando havia mais gente, mas este ano o problema não existiu tendo em conta a pandemia, no entanto, se houver mais alguém com o mesmo tipo de problema é favor denunciá-lo para ser chamada à atenção a empresa adjudicatária do serviço.

O Senhor Presidente aproveitou para informar que, no último concurso foram adicionadas mais duas lavagens anuais dos contentores para estarem com melhor aparência e limpeza, continuando com o Protocolo da Associação de Municípios da Cova da Beira, ou seja anualmente serão feitas quatro lavagens dos contentores para além de serem feitas renovações sucessivas dos mesmos, faltando resolver um problema que diz respeito aos contentores subterrâneos, mas também vai ser resolvido.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, o qual referiu que os Senhores Presidentes de Junta têm sempre razão principalmente quando o serviço não é efetuado como todos pretendem, no entanto, se fosse há uns anos atrás já teria tido o impulso de propor eventuais penalizações à empresa, mas mais ponderado e

analisando melhor o contrato que foi efetuado, verifica-se também que existem cláusulas não só com esta empresa, mas a nível geral nacional todas elas exigem determinadas cautelas e precauções a seu benefício, como por exemplo uma avaria numa viatura entendendo-se até juridicamente que, por esse facto não podem ser penalizadas e por isso compreende-se que se houver uma avaria numa viagem e que a viatura não possa fazer o serviço a empresa está salvaguardada e não pode haver lugar a penalizações. Por outro lado a empresa também refere que é certo que ninguém gosta de ter estes problemas, mas o que é facto é que as empresas também têm a seu favor as utilizações indevidas dos contentores, cabendo-nos a todos e mais ainda à Câmara Municipal no sentido de ser feita divulgação às populações no sentido de que utilizem os mesmos da melhor forma possível que como é sabido é deitado nos contentores cinza com brasas que provocam pequenos focos de incêndios danificando o equipamento, sobrantes de arbustos, garrafas de vidro, grades de cerveja etc..

Mais referiu que, tudo isto soma pontos a favor da empresa, mas irá pressionar para que a situação melhore, mas por outro lado se houver a ousadia de aplicar penalizações e se não houver cuidado são seis postos de trabalho do Concelho que podem ficar em risco, podendo até a empresa ganhar a causa em face do que foi exposto, tornando-se até uma situação bastante melindrosa, no entanto, não deixará de tratar de imediato de todas as situações por vezes com um pouco mais de atraso, mas mesmo sem culpas apresentam as mais sinceras desculpas.

Em relação aos contentores subterrâneos informou de que, da sua parte tem sido uma luta muito grande e que se arrasta já há muitos anos o que lamenta, solicitando ao Senhor Diretor de Departamento para se debruçar sobre um e-mail que recebeu de uma empresa que veio disponibilizar os seus serviços nesta área para que se possa fazer o levantamento do equipamento danificado e poder a situação ser resolvida, porque é uma vergonha o Centro Histórico de Almeida, Vilar Formoso e Nave de Haver e outras Freguesias onde existam contentores subterrâneos se encontrarem no estado deplorável em que se encontram, estando o Executivo naturalmente empenhado em resolver a situação o mais rápido possível.

Sobre as placas de sinalização do limite do Concelho o Senhor Presidente referiu que, o Senhor Presidente de Junta da Malhada Sorda tem toda a razão. O assunto já tinha sido abordado, mas não ficou resolvido e a proposta é que todos sejam revistos e substituídos os que sejam, necessários.

Sobre a balança o Senhor Presidente, informou de que, não é só para agricultores, mas como já havia sido dito na Câmara e na Assembleia Municipal e foi feita comunicação da forma como iria ser utilizada a balança que funcionará com um acesso a um cartão que agora foi entregue gratuitamente a todos os agricultores em parceria com a associação que os representa com um pouco mais de dificuldade de o fazer chegar a outras entidades e pessoas interessadas, deixando a possibilidade de poder ser solicitado no Espaço Cidadão, mas a sua emissão está localizada no Balcão Único, em Almeida.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, o cartão tem a possibilidade de dez pesagens, mas já houve empresas que lhe manifestaram que dez é insuficiente e seriam necessárias mais o que no seu entender poderia ser renovado o pedido neste período, mas depois terá que ser feito de acordo com as taxas e regulamentos que foram aprovados e que os mesmos estão em discussão pública.

A divulgação foi feita e encontra-se na página do facebook do Município e na página da Câmara Municipal, mas irá novamente ser feita uma comunicação, com a forma de funcionamento e onde pode ser adquirido o cartão.

Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, respeitante à Rua do Comércio, informou que a obra está prevista ser concluída até dezembro de 2021, estando planeado com o consórcio haver na fase inicial uma forma de trabalhar que causasse o menor impacto na parte principal da Rua do Comércio para poderem ser feitas intervenções nas zonas que permitam fazer desvios de trânsito, prevendo-se para já uma fase com mais intervenção que poderá diminuir de dezembro a junho, pretendendo-se que nos períodos com mais afluência ao comércio haja já menores incómodos possíveis, mas a intervenção irá provocar alguns como é lógico, esperando que no próximo verão esteja numa fase mais arrumada.

Sobre a sinalização da A62 é também uma preocupação que já transmitiu há mais de dois anos, tendo sido falada em todas as reuniões do Grupo de Trabalho e foi escrito nas comunicações que foram feitas, da necessidade de os Nós de aproximação do lado de Espanha tenham informação no sentido da saída com indicações de Vilar Formoso. Ainda não existem, mas aproxima-se a conclusão dos trabalhos e vai reforçar essa questão que, como disse já tem mais de dois anos, tendo nessa data levado até ao local uma equipa das Infraestruturas de Portugal para verificação “in loco”.

Respondendo ao Senhor Professor Gonçalves, informou que, recebeu uma comunicação da Agência a fazer à Câmara algumas sugestões para poderem fazer alterações e algumas delas vão obrigar a que o assunto volte à Assembleia Municipal.

Mais informou que, recebeu uma chamada da Secretaria de Estado no sentido de ser feita uma reunião, tendo ocorrido uma reunião técnica no sentido de apurar essas questões, estando a organizar-se uma reunião entre parceiros no sentido de serem confirmadas e depois poderem reunir com a equipa técnica da Agência que está ligada à Secretaria de Estado da Valorização do Interior no sentido de ser concluída essa tarefa.

Mais informou que, se forem acatadas todas as informações que lhes forem feitas obriga a que o assunto seja novamente apreciado na Assembleia Municipal.

Respondendo à Dr^a. Sónia Cunha, informou que, o que importa fazer é que haja uma visão geral do Território e que as pessoas possam dirigir-se e interessar-se por visitar e porque temos duas marcas principais que, se têm vindo a divulgar “Estrela do Interior” e “Fronteira da Paz” e através dessas marcas conseguir que haja interação com as outras valências e não tem dúvida que a Aldeia Histórica de Castelo Mendo e a Aldeia de Castelo Bom, são elementos importantes para serem visitados, assim como outros que possuem outro tipo de património que pode ser visitado, sendo esse trabalho integrado que se pretende fazer, tendo uma preponderância maior as marcas que querem divulgar, acrescentando que há uma marca que também pretende divulgar, mas só quando houver algum trabalho feito para poder ser lançada que é a marca do “Côa” e nenhuma marca tem sido esquecida e todas as valências são importantes e a divulgação da Esnoga é um trabalho integrado da mesma forma. O equipamento essencial nessa questão é o Memorial Aristides Sousa Mendes porque tem uma projeção internacional maior, existindo uma ligação entre as duas partes, porque quem visitar o Memorial também lhe é fornecida a indicação de visita à Esnoga de Malhada Sorda, existindo um

protocolo com a Junta de Freguesia no sentido de haver um contato telefónico para que todas as pessoas que mostrarem interesse, poderem visitar o local.

Em relação aos subsídios às Juntas de Freguesia informou que foi confrontado por um colega que o alertou para essa situação que pensava que estava a fazer bem, mas afinal não e das várias discussões havidas na Assembleia esta deve pronunciar-se sobre as formas de prestar os subsídios e que estão bem definidas para o fazer, ou seja Contratos de Delegação de Competências e os Contratos de Execução não havendo um Regulamento para essas questões mais pontuais, mas pode ser feito um para evitar que esses pedidos venham à Assembleia, concordando totalmente com a questão que lhe levantou de evitar que sejam agendadas ratificações, mas o que aconteceu foram erros temporais, fruto de não estarem alertados suficientemente para esta questão e não haver o cuidado de os trazer à Assembleia, enquanto não houver o Regulamento concorda que, se evite essa situação, mas não tomará nenhuma decisão com assuntos que não estejam enquadrados com a Assembleia a os pareceres consultados na página da DGAL e CCDD são claros sobre essa matéria.

Relativamente aos contributos para o Orçamento Municipal o Senhor Presidente explicou que, o que foi feito a resposta à dificuldade que surgiu quando foram enviados os ofícios, era saber quem eram os representantes, por exemplo dos Independentes e dos outros Grupos e por forma a serem todos tratados de uma forma homogenia decidiu enviar a comunicação para todos os membros da Assembleia convicto que, iria chegar certamente a quem tem essa responsabilidade, tendo sido esse o critério utilizado para cumprimento da Lei do Estatuto do Direito de Oposição.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, no que respeita à sua Estrutura Política e nesse aspeto nada foi alterado devendo a correspondência continuar a ser canalizada para o Senhor Joaquim Fernandes, acrescentando que no ano passado foi dado o respetivo contributo, alertando na altura para que, se o mesmo não fosse espelhado no orçamento, nunca mais iria ser dado o contributo da sua Estrutura Política.

Mais referiu que, se a Câmara em orçamentos de anteriores mandatos tivessem sido aproveitadas as ideias seria muito interessante e o Concelho poderia estar muito melhor, com medidas estruturantes vertidas nos dois programas eleitorais.

Sobre a questão o Senhor Presidente referiu que, se tentou cumprir e fazer chegar aos Grupos Partidários a respetiva comunicação, mas não deixaram se ser colocados no orçamento o que foram os compromissos da Campanha Eleitoral e o trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal no seguimento de os conseguir, uma vez mais facilmente outras menos e outras às vezes não se consegue, mas que os projetos principais estão delineados e de forma a aparecerem no terreno.

O Senhor Presidente recordou que, muitas das intervenções que foram feitas no passado e intervenções feitas pelos Governos muitas delas são executadas muito mais adiante e normalmente os efeitos que, se possam ter da aplicabilidade das medidas são posteriores e muitas vezes as pessoas fazem o trabalho e as populações acabam por usufruir do que bem se fez ao contrário do que mal se fez. Na sua perspetiva sente-se completamente descansado com o trabalho diário e o que tem feito no sentido de chegar a esses objetivos era do que se estava a falar e sempre se tem falado nesta Assembleia Municipal de um trabalho que, é necessário fazer e tem essa questão bem colocado dentro da sua maneira de pensar de quais são os projetos estruturantes e não são muitos e estão em curso.

Sobre a Esnoga o Senhor Miguel Pinto e para complementar o que foi dito, esclareceu que, é de facto verdade que existe um protocolo celebrado entre Câmara e a Junta de Freguesia e entre esta e a Associação Musical, Cultural e Desportiva Malhadense, que para além da sua Banda também tem a sua componente cultural, foi feito outro e os números que são vistos no relatório do Município são enviados pela referida Associação, no qual estão dois zeros o que não significa que os meses anteriores, o relatório apenas começou a ser enviado a partir de agosto após contato do Município, existindo cerca de 100 visitas a partir desta data, existindo o contato telefónico na porta do edifício para as pessoas interessadas o poderem utilizar.

Acrescentou que estava um outdoor no cruzamento entre a Estrada Nacional e a Estrada Municipal, como deve ser do conhecimento do Senhor Presidente, mas foi retirado, alertando para a sua eventual reposição.

O Senhor Presidente esclareceu que o referido outdoor foi colocado pela Rede de Judiarias, cuja função está muito debilitada, não tem havido trabalho e não chegou a ser concluído o que estava preconizado.

Terminado o período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia entrou no período da ordem do dia.

II - Ordem do Dia:

1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o assunto referiu que a Câmara tem uma situação financeira adequada, estando indicadas algumas das empreitadas que estão em curso e outras que estão a ser lançadas.

O relatório espelha também muito do trabalho que é feito no Município numa situação complicada de Covid que, não permite que a ação seja visível, mas mesmo assim descreve a atividade que o Município consegue desenvolver, sem descurar os principais Serviços que é fundamental garantir à Comunidade, salvo o relatado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Malhada Sorda, em relação à recolha dos resíduos sólidos urbanos.

Pelo Senhor Professor Gonçalves, foram colocadas duas questões uma respeitante ao mapa de fluxo turístico durante os meses de outubro e novembro onde se verifica uma quebra significativa no Posto de Turismo Municipal de Almeida, fruto da pandemia, perguntando se é mesmo assim ou se tem a ver com o que é referido no ponto 4 de uma empreitada suspensa relativa aquele Posto.

A outra questão prende-se com o estudo do mercado relativo ao inquérito de satisfação junto dos turistas que entram nestas estruturas e gostaria de saber se a Assembleia numa próxima reunião poderia vir a conhecer o resultado de satisfação do referido inquérito, porque é interessante saber o que as pessoas pensam da nossa oferta turística e da forma como se sentem satisfeitas com o que é a nossa prestação.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, infelizmente a realidade é mesmo a

referida pelo Professor Gonçalves. Assistiu-se aos meses de junho, julho e agosto onde houve uma retoma da procura até com algum ânimo, com bastantes visitantes com algumas empresas que passaram a incluir a visita a Almeida com mais preponderância com aumento de turistas nessa fase. Fruto das medidas que foram implementadas em Espanha, nomeadamente em Castilla e León e em Portugal, verificou-se um fechar de portas notório.

Quanto ao estudo do mercado não há problema algum em que seja incluído no próximo relatório o resultado do inquérito e até outros elementos de interesse que se poderiam inserir no mesmo e que por serem elaborados no limite do prazo que antecede à convocatória isso não acontece.

2- Participação Variável no IRS;

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre a participação Variável no IRS referiu que, na Assembleia houve muitas vezes a vontade de se ceder mais IRS às famílias e aos cidadãos que pagam, mas da reflexão que fez e de outras questões houve a necessidade de vir a implementar e a ata não é muito feliz na tradução do que se passou na reunião, porque ficou bem claro que as medidas que iriam ser aplicadas além de sociais iriam também ser aplicadas na parte económica e ajuda das empresas como está refletido pelo Ex Vereador João Filipe e que fez a menção de votar a favor desde que fosse colocada essa ação para ajuda das famílias e empresas e parte social. Foi o que decidiu fazer e lançar o Programa “Manter Aberto”, não foi feito com um regulamento, mas sim com intervenções pontuais, lançando as medidas e a Câmara está a receber pedidos de empresas, tendo sido já apreciados treze candidaturas e a Câmara irá realizar uma reunião extraordinária para apreciar todas as candidaturas que eventualmente derem entrada até ao dia 28 de dezembro, para se poder dar resposta ao maior número de pedidos. Assim sendo, a proposta é a de se fazer a retenção de 3% para essa finalidade e que representam 121.000,00 €, sendo que a Câmara está a fazer investimento superior a este montante e que ultrapassa os 300.000,00 € em ajudas.

Pelo Senhor Miguel Pinto foi referido que, a oportunidade das juventudes partidárias se pronunciarem acerca do orçamento também seria em sede de Conselho Municipal da Juventude que está aprovado, mas ainda não foi constituído a JSD não deixou ainda assim de dar os seus contributos, embora o Órgão não estivesse constituído e não tivesse sido contactado. Não sendo jurista e pediu para não ser mal interpretado, não se pode esperar que o Conselho Municipal da Juventude aprovado e na hora da sua constituição embora a CDU tenha representação com um Grupo Municipal na Assembleia Municipal não se pode esperar que Juventude Comunista Portuguesa e para dar um exemplo prático seja contactada para integrar esse Órgão, porque não tem órgãos eleitos, mas é uma interpretação de um não jurista e que não tem assim tanta experiência na matéria, como muitos membros da Assembleia e isto só para dizer que não deixou de dar os seus contributos e telefonicamente, compreendendo que o Município tem as suas necessidades financeiras e deve distribuir estes fundos e não é uma verba assim tão considerável junto das famílias e distribuí-los pela sua população. A sua sugestão e indo ao encontro do que já tinha comentado com o Senhor Presidente que, era da distribuição entre aquilo que seria implementado para as empresas e o que seria implementado para o setor social porque se vive numa altura de contra ciclo económico e que considera que, o rendimento disponível das famílias por um lado deve

ser fomentado e por outro que esse aumento do rendimento disponível deve ser dado por forma a que essas famílias façam as suas despesas na área do Município e seja a implementação de um outro projeto para além de “Manter Aberto” que é ao fim e ao cabo a fundos perdidos se fazer algo como se fez no Município do Sabugal, com a criação vouchers a distribuir a exemplo do Concelho vizinho pelos funcionários públicos do Município e da Junta de Freguesia, funcionários das IPSS's, Bombeiros e outras Instituições do mesmo cariz. A distribuição desses vouchers apenas disponíveis nas empresas que agora aderiram ao “Dinamizar para Aproximar”, não agora no Natal como é óbvio, mas em 2021 de forma a fomentar o consumo por exemplo na Páscoa ou no verão porque não se sabe de que forma é que a pandemia irá evoluir e quando é que a situação se normalizará.

Pela Dr.^a Sónia Cunha foi dito que, relativamente ao documento do IRS 3% é o que tem sido votado há três anos a esta parte pensando que a comparticipação variável deveria ser de 0%, tendo em conta que houve vários eventos que estavam orçamentados e não se realizaram e foram muitos e que a Câmara não fazia nada de mais se não cobrasse IRS, tendo em conta a situação das famílias de todo o País.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi dito que, todos os anos se tem pronunciado pela devolução total do IRS às famílias e este ano para ele era claro que esta ideia sairia reforçada, no entanto, à condição que foi aceite pelo Executivo Camarário e foi colocada na altura pelo Ex-Vereador João Filipe de que esta verba será usada na integra e em apoios extraordinários às IPSS's, empresas locais e famílias, não vai votar favoravelmente, mas desta vez vai abster-se.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito que, o assunto está a ser visto como uma falsa questão, porque tem que se ter bem presente que as pessoas mais necessitadas não pagam IRS nem vêm usufruir desta situação e ele seria um dos beneficiados e com certeza mais alguém dos presentes nesta Assembleia com o recebimento dos 3%, em vez da redução de 2%. Pensa que é uma forma mais justa e equitativa se ele for repartido com essa condição o que aliás quando foi Presidente da Câmara sempre o defendeu e foi aplicado com esse compromisso e várias vezes o disse que seria para reforçar as Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior, começando-se por vinte e poucas bolsas e neste momento está-se com setenta e muitas que, vieram a aumentar gradualmente e esse dinheiro 120.000,00 €, seria aplicado integralmente no reforço das referidas Bolsas de Estudo. Pensa que estaria a dar com o seu benefício dos 3% um maior contributo a quem mais necessitava prescindindo ele desses 3%, pensando que estava a ser mais justo. Se existe esse compromisso e está na Ata do Executivo que ele próprio leu e o Senhor Presidente da Câmara já o referiu aqui que, é com o compromisso de vir reforçar essas verbas de duzentos e tal mil euros e se tudo somado dará um apoio superior a trezentos mil euros, não poderá estar mais de acordo com isso, assim sendo, votará a favor da proposta.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi explicado que, nos trezentos mil euros não estão incluídas as Bolsas porque senão já se estava a caminhar para os quinhentos mil. A sua ideia seria este ano poder fazê-lo e aí passava-se a ter outro tipo de pensamento, mas achou que, não o deveria fazer e implementar medidas e concorda com o que a Dr.^a Sónia disse não houve eventos e existe mais disponibilidade financeira da Câmara e é essa disponibilidade que está a ser aplicada e se a situação se agravar e não estamos livres que isso venha a acontecer, poderão vir a ser tomadas outras iniciativas e a

Câmara tem que ser prudente.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, e respeitando todas as opiniões têm uma base, no entanto as coisas têm que ser chamadas pelos nomes. Esta participação que o Governo implementou há vários anos tinha um fim concreto que era o retorno para as famílias e os fins que se lhe dá todos concordamos com eles, mas devemos ser práticos e falar de coisas concretas e o que vai votar é sobre os rendimentos de 2020 e só em 2022 é que esse dinheiro fará parte da receita da Câmara, portanto as ajudas que se propõem fazer é com outros dinheiros. Referiu que, sobre o assunto já há alguns anos tem mantido a abstenção, porque se falhou desde o princípio com o fim a que este instrumento foi criado. Em relação ao que o Senhor Presidente da Assembleia disse e nem todas as pessoas têm essa bonificação porque os salários infelizmente são baixos e não têm essa possibilidade, mas o princípio é criado para que as famílias disponham com mais rendimentos ajudem a economia local, mas o dizer-se que este dinheiro vai ser para isto ou para aquilo está provado que vai estar disponibilizado como disse em 2022 e irá ser necessário antes.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, ainda bem que antes da crise foi tomada essa decisão em 2017, para se poder ter disponibilidade agora, está-se a prever para o futuro e é verdade que no discurso com facilidade se diz que é para ser, concorda totalmente com o que o Senhor Frias disse no sentido do que aquilo que, se deliberar hoje terá repercussões mais tarde e ainda bem que foi feito antes porque de outra forma não haveria essa disponibilidade, sugerindo que, se acha que deve ser total o Governo poderia coloca-lo diretamente nas famílias, não dando essa possibilidades às Autarquias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido deliberado, aprovar o mesmo por maioria, com seis abstenções.

3- Taxas de IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre as Taxas de IMI referiu que, são as taxas mais baixas e são essas que constituem a proposta da Câmara.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

4- Taxa Municipal de Direitos de Passagem;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem referiu que, o assunto não teve eficácia, porque não foi comunicado pelas empresas a respetiva faturação, achando que se deve manter a questão se a Entidade Reguladora ANACOM fizer pressão aos operadores, poder-se-á obter uma possibilidade de receita.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Castelo Bom foi perguntado, se a empresa que colocou os postes na berma da EN 16, se existe ou não se paga taxa ou não e o que fazer, porque uns não têm cabos outros encontram-se pendurados, podendo provocar acidentes.

O Senhor Presidente informou que, é uma boa comunicação para a ANACOM,

mas também não sabe se existe.

O Senhor Presidente colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

5- Declaração de Interesse Municipal do Projeto da Casa de Abrigo de Valverde;

“Após uma breve explicação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta da Câmara sobre a Declaração de Interesse Municipal do Projeto da Casa de Abrigo de Valverde, futuramente replicado em Malpartida, Malhada Sorda e Cabreira, a qual visa recuperar e adaptar a Antiga Escola Primária de Valverde, adaptando-a a “Casa de Abrigo” para apoio às Rotas já constituídas nomeadamente a GR22 das AHP, a Rota do Vale do Côa, das Cidades Amuralhadas e particularmente, do ponto de vista religioso, os Caminhos de Santiago.

- Considerando que, o projeto da Autarquia prossegue o objetivo de preservar, conservar e valorizar o edifício da Antiga Escola Primária de Valverde que configura um elemento primordial local, com uma importância muito significativa para os seus habitantes e conseqüentemente o contexto paisagístico ou ambiental, através do avigoramento das rotas temáticas; - Considerando que, se pretendem adaptar as funções da Casa de Abrigo da Antiga Escola de Valverde, construída segundo o designado “Plano Centenário” e apoiar os peregrinos e as rotas pedestres e cicláveis que circundam a Aldeia; - Considerando o Património como produto turístico tem, nos dias de hoje, um papel fulcral relativamente às motivações turísticas, sejam estes atraídos pelo património natural, cultural ou até por ambos, acabando por representar a identidade cultural de uma localidade; - Considerando que, cabe aos proprietários do Património sejam estatais ou particulares, zelar pela preservação do seu património e investir na divulgação desses produtos que acabam por ser uma mais valia para as localidades, sendo a valorização e a criação de uma marca ou produto característico, um instrumento importante na divulgação da localidade de Valverde, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal, declarando de Interesse Municipal a “Requalificação da Escola de Valverde” em “Casa de Abrigo”.

6- Projeto de Regulamento Cartão Municipal Mais + Família;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, referiu que o referido Projeto de Regulamento Cartão Municipal Mais + Família esteve em apreciação pública durante 30 dias úteis não tendo sido recebidas durante esse período quaisquer sugestões ou reclamações, querendo vê-lo implementado com medidas que irão fazer face também ao combate ao despovoamento e aquilo que, se quer implementar com as regalias que, se pretende dar às famílias numerosas e de alguma forma incentivar a vinda de pessoas para o Concelho, sendo os objetivos principais do referido projeto de regulamento.

Pelo Senhor Miguel Pinto foi dito que, concorda totalmente com os objetivos do documento, mas não pode votar favoravelmente o mesmo porque tem várias sugestões de alteração o que implicará o retorno do regulamento a consulta pública

porque se trata de alterações de fundo. Não percebe como o documento se refere a filhos de emigrantes com famílias numerosas lusodescendentes. Por um lado, não há nada que indique que os progenitores dos luso descendentes tenham que ser originários do Concelho não sabendo se é ou não o objetivo do regulamento. Por outro lado, e pode ser da sua interpretação ou das vírgulas, não conseguiu perceber se são os filhos que são os progenitores de uma família numerosa ou se são os descendentes de uma família numerosa, ou seja se o emigrante tinha a família numerosa. Ainda por outro lado também não consegue perceber porque é que se faz esta discriminação positiva dos filhos de emigrantes, quando por exemplo poderia ser também uma medida a implementar a pessoas vivam em Lisboa e queiram regressar ao Concelho, achando que são precisos tanto uns como outros. Pode se interpretado erroneamente por uma forma de discriminação positiva dos emigrantes como também pode ser erroneamente interpretado como uma forma de discriminação negativa, porque se é algo para se implementar a todos os residentes, se vem um luso descendente a viver para o Concelho é tão residente como os outros e não faz sentido sequer estar referido no documento. Na comunicação é uma história, mas no documento não faz qualquer sentido.

O outro ponto refere-se ao artigo 7º. onde se diz que são luso descendentes com famílias numerosas que queiram vir residir, ou seja, apenas têm que mostrar intenção, ou têm mesmo que passar a residir no Concelho, ou têm que estar cá mesmo a residir ou apenas estar recenseados como é dito no artigo seguinte. O facto é que pode aqui haver algum aproveitamento da fraca redação deste artigo por alguém mal-intencionado. Por outro lado, outra das questões prende-se com a redução em 50%, na Assembleia Municipal realizada em Vilar Formoso referiu que no futuro pensava e sugeriu que, as reduções e os descontos aplicados ao Cartão Jovem Municipal fossem equiparados naquilo em que pudesse ser e em que se aplicasse aos descontos do Cartão Municipal Social de forma a incentivar que os Jovens nascidos cá, se mantivessem e tivessem um sentimento de pertença à comunidade e que os fizesse retornar depois dos seus estudos, porque temos que ser práticos e saber que mesmo indo estudar para a guarda não há todas as opções que as pessoas possam querer para a sua vida profissional e aqui está a discriminar-se positivamente os filhos dos emigrantes em relação aos jovens do Concelho, com o que discorda completamente.

Por último as sugestões são mais de práticas com as quais também não concorda que é a atribuição da tarifa familiar no regulamento de consumo de água indiscriminadamente a uma família numerosa não sabendo os seus rendimentos. Ora existe o precedente do Cartão Social Municipal de pedir provas dos rendimentos às famílias que se candidatam a esse Cartão, tendo em conta que as pessoas vão ter que entregar a documentação ao Município para comprovarem que vivem cá e para instrução do processo não vê porque não se pede uma declaração do IRS do ano anterior em que se comprove que são do 1º e do 2º escalão e só depois atribuir o desconto. Haver um desconto diferente, mas anda assim um desconto para as outras famílias numerosas não tão carenciadas.

As outras sugestões são mais práticas, no ponto 10 do artigo 9º onde se prevê a atribuição de um donativo ao sucesso escolar ao melhor aluno desses anos no valor de 500,00 €, caso seja um elemento de um agregado familiar numeroso ou filho de emigrante, e isto pode ser interpretado como se fosse o melhor apenas e se o melhor

é de famílias numerosas dá-se, ou o melhor das famílias numerosas e se for este o caso pode não fazer sentido porque até pode ter negativa a tudo, mas como é o único da turma de famílias numerosas e dá-se-lhe o benefício, sendo ao melhor não vê porque não dar este benefício a todos, sendo famílias numerosas ou não, ainda que se preveja que sendo de famílias numerosas o benefício seja superior.

Mais referiu que e tendo em conta o que se falou sobre os vouchers sugeriu o estudo de ver formas de aplicabilidade de uns vouchers ao incentivo à natalidade e à adoção em vez de virem com imensas faturas representantes da metade do subsídio e em vez disso atribuir logo na primeira tranche monetário sem serem exigidas provas e a segunda tranche numa espécie de cartão de alimentação como muitas empresas já fazem, mas que pudesse utilizar nas empresas do Concelho e em muitas daquelas que aderiram ao “Dinamizar para Aproximar” e não só com exceção dos cafés e restaurantes, mas sim às empresas de venda a retalho, porque nem só os mobiliários, os calçados e os bens de saúde são bens necessários para a criação de um filho.

Relativamente à harmonização do Cartão Jovem, do Cartão Social e do Cartão + Família, por um lado o Cartão Jovem prevê que seja paga a renovação e este é gratuito. O Cartão Jovem e o Cartão Social são emitidos para dois anos e este é para três. Pede-se um atestado da Junta de Freguesia que é um problema também dos outros dois e que se devia prever no regulamento a apresentação de outro documento qualquer que as pessoas tenham e não necessitem de se deslocar à Junta de Freguesia que comprove a sua residência, como por exemplo entregando a declaração do IRS, ou outra prova de rendimentos, se dele constar a sua residência não será necessário outro documento que o comprove.

Outra sugestão para a integração para com os outros cartões seria a integração num sistema digital, ou plataforma que possua os dados todos que permita a inclusão do e-mail e telemóvel das famílias e quando chegar à altura da renovação enviar automaticamente um aviso para a família avisando que está a chegar ao fim do prazo, em vez de colocar no Cartão propriamente a data em que finaliza o que permitiria por um lado poupar na emissão dos Cartões e por outro lado também é uma medida de sustentabilidade ambiental na poupança de plástico. Por tudo o que foi referido não pode aprovar o regulamento, sugerindo se mais alguém tiver sugestões as apresentar em formato digital e serem presentes à próxima Assembleia Municipal assim como o regulamento de taxas com as respetivas alterações.

Pelo Senhor Presidente da Câmara e porque fica em causa o regulamento e algumas das questões colocadas podem ser consideradas pertinentes e poderem ser incluídas, no entanto isso implica o ter que ser apreciado novamente em reunião do Executivo.

O Senhor Presidente informou de que o presente regulamento está a ser trabalhado desde março de 2020 o que implica um atraso substancial no procedimento e provavelmente não será possível agendá-lo para a reunião da Assembleia de fevereiro.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi referido que, pode haver alguma discriminação das pessoas que estão no

estrangeiro e as que estão cá, existindo um défice muito grande com quem é emigrante e este regulamento não o faz a quem esteja em Lisboa no Porto ou em Coimbra, por isso acha que o regulamento é muito discriminatório, por isso o seu sentido de voto será a abstenção porque não é correto votar contra a própria intenção, devendo o regulamento ser mais bem trabalhado, porque não se vota por se votar e tanto se faz bem desde março até agora como mal de março até agora o que poderia era ter sido analisado e feito de uma outra forma, mas acha que há no regulamento muitas incoerências e que pessoalmente não o pode aprovar.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dito que, não é sair em defesa da Área Social da Câmara e do Gabinete de Psicologia da Câmara que foram as duas áreas que conceberam o regulamento, concordando, no entanto, com algumas questões que foram levantadas, parecendo-lhe e agora com alguma dificuldade também em ser justo na apreciação das intervenções e que foi um conjunto alargado de questões que lhe dificulta também uma síntese daquilo que está e não está correto. Pareceu-lhe também um pouco de demagogia misturada no contexto até porque abrange e tem uma finalidade de captação de pessoas oriundas de outros Concelhos, inclusivamente do Minho ao Algarve ou de outra parte qualquer, com benefícios próprios para a fixação de pessoas no Concelho de Almeida. Disse ainda que o regulamento não está assim tão mau como se está a transmitir essa imagem, admitiu que possa haver pontualmente melhoramentos, mas também não pode deixar de dizer com a franqueza que o caracteriza de que, houve trinta dias úteis que o regulamento esteve em discussão pública e só hoje é que são apresentadas as sugestões/reclamações. Porque o Município de Almeida está a concorrer para Autarquias familiarmente responsáveis e é um avanço muito significativo e havia um défice neste conjunto dos benefícios elencados, desde a natalidade à fixação das pessoas, ao combate ao despovoamento. Mais referiu que transmitiu o seu sentimento e está disponível para acolher os contributos e alguns são pertinentes, mas no conjunto global não são assim tantas as retificações, mas no final se verá.

Pelo Senhor Professor Gonçalves foi sugerido que, para além das dúvidas que o documento lhe suscita e inclusivamente o facto de a verba ser canalizada havia outras formas de pensar no assunto como por exemplo o pagamento das despesas nas creches que não está contemplado, pensando que seria uma forma porque não se gasta dinheiro só com bens de saúde e alimentação, mas poderia ter havido um trabalho com as Instituições no sentido de isentar o pagamento logo à partida e portanto ficava assegurado durante um período de tempo. Relativamente à questão da discussão pública dos documentos e já algumas vezes se viu confrontado com as discussões públicas e em que ninguém participa, mas como a Câmara já tem alguns mecanismos como o faceboock e outros sugeriu porque não alertar que, se encontram estes documentos a discussão pública, tal e qual como se noticia uma feira, um evento cultural ou outro tipo de projeto e porque não dizer à população em geral que se encontra em discussão pública determinado documento o que seria uma forma interessante e são mecanismos ótimos e que asseguram uma maior participação das pessoas. Disse também que foi um documento que também lhe suscitou dúvidas e concorda que se calhar merecia um pouco mais de atenção e para permitir que outros documentos com este caráter de apoio social que, realmente com os mecanismos de comunicação que a Câmara tem ao seu dispor não custa nada fazer um alerta para o efeito, porque há gente que gosta de participar e apresentar as

suas sugestões.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, fruto das intervenções admitiu que também ele próprio ficou com algumas dúvidas, propondo que o assunto seja retirado da agenda com a condição de chegarem à Câmara as sugestões que acharem pertinentes devendo as sugestões ser apresentadas até 31 do corrente mês de dezembro, assim como achou pertinente a sugestão de se poder fazer um aviso sobre os assuntos que forem colocados em discussão pública.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi dito que, mais uma vez está a ficar para trás o apoio às famílias numerosas, e já há mais de oito anos que foi prometido que houvesse apoios a famílias numerosas, nomeadamente no mandato do Senhor Professor António Baptista Ribeiro, havendo um avanço na redução dos pagamentos da água e até ao momento isso nunca avançou e qualquer dia deixa de ter direito a esses apoios, por isso solicita que, ainda nesta legislatura o assunto seja aprovado na Assembleia Municipal, porque lhe parece que este assunto parece-lhe uma missão impossível, porque um apoio às famílias numerosas que lhe parece bastante simples já se prolonga há vários anos e qualquer dia não se terá nem famílias numerosas nem de outro tipo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concordou com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, porque o assunto já leva tempo demais e as famílias numerosas não são assim tantas, mas é um incentivo a estas famílias e seria bom que as sugestões fossem enviadas até ao dia 31 de dezembro de 2020 e que o Executivo acelerasse o processo, porque se houver essa vontade ainda vai ser neste mandato que o regulamento vai ser implementado.

Tendo em conta que é vontade do Executivo propor a retirada do documento da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a retirada do documento a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

7- 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que em relação à 2ª. Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2020 disse que, a execução da receita em outubro, era de 75% e que poderia haver o risco de não cumprir a totalidade obrigatória dos 85% e que se retirou do orçamento nesta Revisão as rubricas dos apoios que, entretanto não há previsão de serem recebidos, por forma a ter-se a certeza que foi cumprido o preceito dos 85% e entretanto, foram feitos pequenos ajustamentos.

Não havendo mais nenhuma intervenção a fazer o Senhor Presidente da assembleia Municipal colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

8- Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 – Demonstrações Financeiras Previsionais;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor

Presidente da Câmara o qual começou por dizer que este foi o orçamento em que teve maior dificuldade em implementar, fruto da execução que estão a ter alguns dos projetos, tendo sido quase colocado numa situação que se tivesse ainda mais projetos de execução tardia poderia haver a necessidade de contratação de um empréstimo. Foi possível colocar e fechar o orçamento com as rubricas essenciais com a continuidade dos projetos que estão a decorrer e outros a lançar até ao final do ano e depois esperar-se pelo Saldo de Gerência para se poder e com um pouco mais de disponibilidade fruto também da capacidade que se foi criando dentro do Município e contar com esse saldo para dotar as propostas que todos gostariam de ver já vertidas, mas que não estão para se poder fazer face aos compromissos que estão assumidos e aos anseios que maior parte das Juntas de Freguesia e da população também tem de ver esses projetos executados. Com essa questão foi ainda possível sinalizar projetos estruturantes cabimentados no sentido de dar e garantir a continuidade das empreitadas que, entretanto, estão a ser concluídas e adjudicadas até ao final do ano para se poder dar esse passo.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Mula foi dito que, de facto verificou que a balança estava em Vale da Mula e perguntou para quando a sua colocação no terreno, sugerindo que a forma de pagamento não será mais útil, e mais benéfico conforme é feito em Espanha, com a introdução de moeda, porque como em Espanha ali também passa muita gente esporadicamente e não está a ver toda essa gente deslocar-se onde quer que seja para aquisição do cartão.

A outra questão prende-se com o redondel, foi-se falando e pergunta se realmente vai ser feito em Vale da Mula, ou se se está a pensar fazer outra coisa em substituição dessa obra.

Pela Dr^a. Sónia Cunha foi dito que depois de fazer uma análise ao Orçamento no seu ponto de vista o que sobressai para ela e é gritante não são as obras que estão previstas e não quer falar delas, mas sim as que não estão previstas e algumas delas há mais de 20 ou 30 anos. Acha gritante neste momento depois do que aconteceu no Estádio Municipal do Concelho, não existir orçamento para arranjo do muro que está daquela forma desde que é miúda que, nunca sofreu um arranjo nem depois de cair, ou seja não há vontade absolutamente nenhuma de proceder ao seu arranjo e dar-lhe um melhor aspeto. Mantem a prevalência e já fala no assunto há três ou quatro anos que são os sanitários públicos que pelos vistos Almeida possui três, mas dois só abrem quando há eventos da Câmara e o que está aberto é uma vergonha para a Vila Histórica de Almeida e existe desde os anos 70 sem uma única reparação. Destacou ainda vários itens que estão criados, mas não dotados, principalmente em saneamentos que estão à espera de serem feitos há 20 ou 30 anos no Arrabalde de Santo António, acessos onde há vivendas construídas desde a mesma altura, cujo acesso continua em terra batida, tais como as Ruas da Sarsa, da Fonte Nova e outras. Referiu ainda que existem obras com itens criados, como por exemplo na Malhada Sorda, Porto de Ovelha, Miuzela, Pailobo, Freixo, Nave de Haver, de arruamentos é certo que a Câmara não os consiga executar todos, mas está a falar-se do tempo 20 /30 anos que estão à espera e não custava nada fazer dois ou três por ano e é por isso que não vê vontade nenhuma da Câmara em resolver certos assuntos assim como a história dos contentores do lixo que também é um assunto que se arrasta há quatro anos e ainda não foi resolvido e se o problema são os subterrâneos sugeriu que, se tapem e se coloquem contentores como deve ser, porque o que está na Praça e o que está junto às Esquadras são uma vergonha.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, fazendo uma leitura global ao orçamento e o último deste mandato, teve a oportunidade noutros locais de já ter inclusivamente votado a favor de um orçamento com o atual Executivo. Não era certamente o seu orçamento nem do Partido Socialista caso fosse Câmara e este também não o é. Falando destes anos pessoalmente foram-lhe dando uma espécie de ânimo e de confiança, mas chegados a este ponto e apesar de haver algumas obras físicas e seria muito mau depois de tantos anos não estivessem no terreno e lembra-se de uma que tem demorado e está agora na fase de execução que é a “Revitalização da Rua do Comércio, em Vilar Formoso”, mas sinceramente, sabe que por vezes os percursos não são fáceis, há muitas coisas que não dependem só da Câmara, mas a verdade é que chegou o momento em que a continuidade e o progresso do Concelho não se podem fazer com gestão de expectativas e é o que se está sempre a fazer. Continua-se com a eficiência energética e sabe qual a resposta que o Senhor Presidente irá dar assim como sobre outras tantas questões, mas o que vê é chegado o momento que essa confiança que é dada ao Executivo na pessoa do seu Presidente, desta vez não a pode dar, porque este ano não vai ser desculpa porque é um ano muito especial e difícil para todos aos mais diversos níveis e muitas vezes influi com a energia que as pessoas têm, mas há certos projetos que só dependem da Câmara e da sua capacidade para poderem estar já implementados no terreno e esses não os vê. Gostava de chegar a uma conclusão muito dramática porque com as pessoas que está habituado a trabalhar é em equipa, em que todos tentam dar a sua opinião, mas quer-lhe parecer sem estar a apontar o dedo e não quer estar errado, só se consegue trabalho produtivo se houver uma equipa muito coesa a trabalhar em momentos difíceis. Com o evoluir destes anos parece-lhe que possivelmente os responsáveis não puseram tudo da sua parte para que houvesse avanços significativos no que se designa por estrutura, como já referiu alguns, nomeadamente Rio Côa, Promoção do Município, promoção séria de canais apropriados e muito profissionais a diversos níveis e só assim é que se consegue desenvolver o Concelho. Não consegui ver essa valentia para pôr essa estratégia tão necessária para o Concelho. Apesar das nuances que tem havido ao longo do tempo acha que, em certo momento, conseguiu-se por o centro da atenção no Concelho de Almeida e concretamente numa das nossas valias e situações estratégicas de Fronteira, acha e bem que, há trabalho a ser feito a nível de conjugação de esforços entre o Governo e a Autarquia e também sabe que as coisas não evoluem tão depressa como se desejaria, mas conseguiu-se esse trabalho com a ajuda de todos, colocou-se o foco, mas parece-lhe que não temos sido tão ambiciosos como se deveria ser que, era pressionar mais esse foco que aqui se pôs para os desenvolvimentos que se esperam. Não consegue ver espelhado no orçamento que o Executivo apresenta por isso não merecem a sua confiança nem o seu voto favorável, no entanto, há algumas coisas no orçamento que serão úteis, mas também há muita coisa que com um pouco de foco noutras necessidades que existem no Concelho, se poderia fazer mais e ter esses níveis de execução e há obras e necessidades no Concelho que era preferível que estivessem feitas e a servir as populações que, a Câmara com mais de 1.000.000,00 € de saldo no final do ano. Existem necessidades nas populações e concretamente em vias de comunicação e de saneamento básico que deveriam ter sido executados há muitos anos.

Pelo Senhor Presidente foi esclarecido que, relativamente à Balança de Vale da Mula a sua utilização é através de cartão por questões de vandalismo, porque é com mais facilidade que fazem vandalismo numa situação onde possa haver dinheiro do que não o havendo o que não garante que o vandalismo não possa existir na mesma.

Sobre a obra do redondel informou que como é do conhecimento do Senhor Presidente de Junta ficou de se realizar uma reunião em Vale da Mula para se discutir essa questão e está aberto para que a mesma aconteça a qualquer momento e só ainda não foi feita fruto da situação epidemiológica, mas poder-se-ão utilizar outros meios para se poder debater o assunto, estando disponível para responder aos anseios da população assim como a questão da balança que está a ser muito reivindicada.

Respondendo à Dr^a. Sónia informou que, as obras estão no orçamento com a intenção de serem executadas, mas para isso tem que haver projetos e disponibilidade financeira para se poderem colocar esses projetos devidamente dotados e a possibilidade de a Câmara colocar no orçamento verbas vindas diretamente do Estado são oitocentos e tal mil euros e o aproximado é de 5.000.000,00 € e se conseguirem essas obras é porque existe financiamento porque a Câmara não possui a disponibilidade total e é com o saldo de gerência que se consegue depois subir e conseguir algumas dessas obras que se pretende vir a ser executadas e dotá-las durante o ano. É verdade e assumiu que não se tem conseguido de que a execução não tem sido a melhor em alguns dos projetos que já deveriam ter outra maturidade na questão que se fala e já está a responder um pouco ao Senhor Frias e não faz gestão de expectativas nenhuma nem é sua intenção fazê-lo na sua vida e personalidade o que disser é o que pretende fazer, não anda a fazer gestões nem a passar nem as expectativas de ninguém, portanto não aceita de modo nenhum essa afirmação. Existiu sempre a questão de um bom tratamento e tem orgulho de ter estado na Câmara e ter passado três orçamentos e haver só uma abstenção que nunca a percebeu, admitindo que nesta fase mais nervosa de eleições que não haja tanta aceitação da parte das pessoas, mas a sua missão não é essa, mas sim conseguir responder às dificuldades que também ele as sente com o residente e também sente essa frustração por não ter sido possível fazer determinadas coisas. Há várias obras que estão a acontecer neste momento que as acompanhou como técnico há mais de vinte anos e não se conseguem ter projetos e executá-los de imediato e existe dificuldade em se chegar a esses objetivos. Teve muitas promessas do Governo e até agora nada viu (zero), mas tem a expectativa e espera que se mantenham e não a tenciona gerir, mas sim obtê-la, porque da mesma forma como a Dr^a. Sónia referiu ele também aguarda, porque a Ligação, o Parque TIR, o Côa, são obras importantes para o Concelho lançou essas possibilidades e quer implementá-las, assim como a questão do Património da Humanidade, luta para o conseguir e são os projetos estruturantes e não andou a falar em mais projetos para o Concelho a não ser os que referiu e os outros são paralelos e de melhoria de condições para o Concelho. O Senhor Vice-Presidente não o disse, mas já somos Concelho familiarmente responsável com colocação de medidas no sentido de se conseguir esse galardão, fomos reconhecidos pela APOM, no Memorial Aristides Sousa Mendes, em Vilar Formoso. A nível Europeu também se conseguiu distinção do trabalho que foi desenvolvido, de mais de quarenta candidaturas a Câmara ficou em segundo lugar, temos projeção Internacional, informou que ainda esta semana reuniu para se conseguir fazer candidaturas respeitantes ao Património Histórico de Almeida, Museu Militar para ser reconhecido o seu mérito e tem desenvolvido muito trabalho no sentido de o conseguir fazer, mas nem tudo se consegue só por vontade ou por magia. Está muito confiante em que os projetos estruturantes irão ser conseguidos para o Concelho e é esse o objetivo da sua permanência na Câmara e não por interesses Partidários, apenas com o interesse pessoal de habitante como todos os presentes e é nesse sentido que continua a trabalhar.

Mais referiu O Senhor Presidente da Câmara que, os projetos principais vão ficar e disse-o muitas vezes e contará certamente com o apoio de todos que se não forem apoiados a Câmara irá fazê-los na mesma nem que para isso seja necessário endividar o Município e terá a coragem mesmo que o acusem daquilo que for de ter endividado a Câmara neste processo, para os conseguir fazer num período que ainda sejam válidos. Seria da sua parte ousadia a mais fazer obras que vão orçar mais de 4.000.000,00 €, com verba que a Câmara não possui, podendo ser o Estado a financiá-las e foi com isso que se comprometeu e ainda não tem a certeza da ligação do Nó, dizendo que também é importante e também a quer fazer, os projetos estão em andamento espera tê-los o mais breve possível para se poder ou o Estado lançá-los ou Câmara virá à Assembleia pedir o apoio no sentido de fazer um empréstimo e se conseguir dotar financeiramente para o poder lançar, porque senão não é possível lançar a empreitada sem o devido cabimento e é nesse sentido que apelou à Assembleia de poder confiar menos ou mais, aceitando que haja essa questão. Agradeceu também o apoio que lhe têm dado e terem feito a aprovação dos orçamentos na sua totalidade e tem muito orgulho que isso tivesse acontecido, porque no seu trabalho tentou sempre responder às questões que lhe foram feitas e é com essa determinação que também tem e que quer colocá-la em prol da população, porque se sentir que não consegue vai ser o primeiro a dizer que pode vir outro para ocupar o lugar, mas para já continua com essa determinação.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs as Grandes Opções do Plano para 2021 a votação, tendo as mesmas sido aprovadas, por maioria com três abstenção e um voto contra.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Orçamento para 2021 a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com quatro abstenções e um voto contra.

A seguir o Senhor Presidente da Assembleia colocou as Demonstrações Financeiras Previsionais para 2021 a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por maioria, com duas abstenções.

Por último o Senhor Presidente da Assembleia colocou os Documentos Previsionais para 2021 a 2025 a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por maioria, com três abstenções.

9- Mapa de Pessoal 2021;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o Mapa de Pessoal para 2021, referindo que, o mesmo possibilita o aumento de contratação de pessoal para a área Financeira e de Turismo que são as mais relevantes e um ou outro caso para substituição na áreas dos Serviços Externos e haver a possibilidade de serem abertos vários concursos, alguns já a decorrer e em fase de finalização, o objetivo mais alguma capacidade de dotar algumas áreas com necessidades.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi dito que o preocupa a questão de alguém ingressar nos lugares vagos existentes a duração dos concursos é muita não conhece as várias fases dos procedimentos, mas na sua opinião teriam que ser mais céleres, porque prejudicam e muitos os Serviços

Camarários, sendo preocupante haver Serviços com falta de gente.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, é uma burocracia total que tem de ser cumprida e é obrigatória e somando a essa burocracia a cada passo, tendo quatro passos essenciais, há a obrigatoriedade de um período de oito dias para audiência prévia que juntamente com a parte administrativa mais morosas os torna ainda mais demorados e quando não correm bem ainda pior.

Não havendo mais nenhuma intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Mapa de Pessoal para 2021 a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

10- Moção – Regionalização;

Relativamente a este assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o mesmo já foi falado em várias Assembleias, a Moção já foi retirada a pedido do proponente Dr. João Terreiro, por ter faltado e hoje após consulta ao e-mail verificou que também iria faltar, mas não mandou retirar a Moção pelo que a mesma deve ser apreciada e votada.

O Senhor Presidente passou a ler a Moção que se transcreve:

“Moção – Pela Criação das Regiões Administrativas – Instituir as regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para a execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O agendamento do Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse a realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.

Nestes termos a Assembleia Municipal delibera:

1 – Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;

2 – Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR;

3 – Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente;

4 - Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da Administração Central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos incomportáveis.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a discussão tendo Senhor Miguel Pinto dito que, iria de alguma forma repetir-se com o que disse na altura em que a Moção foi discutida a primeira vez, acrescentando-lhe um ponto novo porque acha que o facto da Moção por ter sido adiada tantas vezes se referir que se pretende a instituição das Regiões Administrativas até às Eleições de 2021 é um objetivo um bocadinho faraónico dado o avanço do tempo e as condicionantes que se vivem no País. Repetindo o que havia dito na altura, primeiro não pode concordar com a questão de não se referir o mapeamento das regiões, talvez por ser uma Moção distribuída a nível Nacional, os locais onde isto até se calhar por ventura tenha sido aprovado fizesse sentido por não haver dificuldades na implementação de uma região de grande dimensão. O mapa mais defendido hoje em dia, será o das cinco regiões mais defendidas em Portugal. Uma Região Centro que vá desde Figueira da Foz, ou desde Leiria até Vilar Formoso, mesma na ponta com Espanha ou até mais a norte e não sabe se integrava o Concelho de Vila Nova de Foz Côa, ou só Figueira de Castelo Rodrigo, mas qualquer das formas não respondia às necessidades de combate às assimetrias regionais que se vivem no País. Acha que uma Moção que não prevê a discussão de um mapa e pretende implementar Regiões apenas por implementar Regiões não responde aos problemas que a própria constituição das Regiões deve resolver.

Por outro lado e na altura também se manifestou contra o parágrafo que referia a posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN, até se ter posto a discussão se poderia alterar a Moção e não houve essa abertura, mas de qualquer das formas não poderia votá-la favoravelmente, dando um exemplo prático não promocional, mas que altura. não se verificava, mas entretanto houve a campanha para as eleições da JSD Nacional e o Presidente da Comissão Política Nacional convidou-o nomeadamente para coordenar o gabinete da Coesão Territorial criado naquela Comissão Política, ou seja houve a necessidade de criar na própria Comissão Política Nacional e com assento na Comissão Política um gabinete dedicado apenas à discussão de temáticas de forma a reforçar a Coesão Territorial e não pode de maneira alguma dizer que irá votar uma Moção que visa exatamente o contrário em relação ao PSD, porque estaria a defender algo que não se verifica mesmo no panorama Nacional neste momento.

Referiu ainda que, sentiu bem conscientemente ao votar contra uma Moção que defende as Regiões Administrativas e embora conjuntamente seja defensor da criação delas iria apresentar uma Moção que defende uma reflexão sobre a criação das Regiões Administrativas e que passou a ler:

Moção – Por uma Reflexão sobre a Regionalização.

“Portugal é dos Países com decisão pública mais centralizada da Europa e do Mundo. Os dados da OCDE para 2015 indicam que apenas 12,3% das despesas da Administração Pública são efetuadas pela Administração Local e Regional, muito abaixo da média da União Europeia que é de 33,2% e ainda mais abaixo da média da OCDE que é 40,3%.

O facto de Portugal ser um País centralizado na Capital e nas regiões mais metropolitanas não tem permitido que os esforços de convergência regional, almejados pela União Europeia, tenham sido alcançados. As regiões mais pobres do Continente, o Norte e o Centro, apresentavam valores de PIB per capita em paridade de poder de compra e com a média da União Europeia como índice em 2018, 65% e 67%, respetivamente, ou seja, valores muito abaixo da média Europeia. Isto, ao mesmo tempo que a área metropolitana de Lisboa, se encontrava na média da União Europeia. Para além disso, especialmente na Região Centro, a disparidade do produto relativamente à média tem-se acentuado ao longo dos anos: para o mesmo indicador de 73% em 2000 para 67% em 2018.

Nas últimas décadas foram vários os investimentos por parte do Estado Central nos Territórios de Baixa Densidade, principalmente em obras públicas. Ainda assim, a sua escassez, a falta de planeamento estratégico dos mesmos e a sua má manutenção, associada a outros fatores, como a cobrança de portagens nas ex Scut não permitiram que estes investimentos travassem a rota de distanciamento económico entre as várias regiões.

A descentralização das decisões e dos serviços do Estado Central é fundamental no processo de alcançar um País menos assimétrico e um Estado mais próximo dos cidadãos. No entanto, nos moldes em que vem vindo a ser planeada, não acompanhada do pacote financeiro correspondente aos serviços já descentralizados, e carecendo a descentralização de decisões cuja implementação pelas Autarquias seria mais eficiente do que quando efetuada pelo Estado Central, também não permitiu diminuir as desigualdades inter-regionais do nosso País.

Em consequência, a instituição das Regiões Administrativas deverá ser algo de uma discussão alargada, com base em fontes científicas, e pretendendo desmitificar os seus objetivos.

O processo de Regionalização não poderá ser apressado. Importa discutir os seus moldes e planear a metodologia do seu funcionamento sob pena de se constituir um método de organização territorial obsoleto e que acentue em elevada burocratização do Estado Português.

Do mesmo modo, importa desenhar um novo Mapa Administrativo Português composto por regiões coesas, de dimensão superior aos antigos Distritos, mas inferior às Regiões levadas a Referendo em 1998. Caso tal não aconteça poderão estar a criar-se regiões assimétricas num País assimétrico, acentuando os problemas já verificados e impedindo o desenvolvendo económico dos Territórios de Baixa Densidade.

O auto da instituição das Regiões Administrativas não pode ser um fim em si mesmo. Vivemos hoje uma situação pandémica mundial que coloca diversos desafios às instituições públicas. A transição ecológica e tecnológica é uma realidade inevitável e o despovoamento ameaça comprometer a sustentabilidade populacional do nosso País. A constituição das Regiões Administrativas terá de o ter em conta e permitir a modernização do Estado e o desenvolvimento da competitividade da totalidade do Território Nacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almeida delibera:

- 1 – Demonstrar o seu apoio à discussão alargada da implementação das Regiões Administrativas em Portugal Continental;
- 2 – Apoiar o estudo de um novo mapa administrativo, tendo em conta as características sociais, económicas e demográficas do Continente;
- 3 – Alertar para a necessidade de ter em conta a modernização administrativa e a autonomia de decisão de constituição das Regiões Administrativas;

4 – Reafirmar o seu desagrado face à falta de investimento estruturante no Interior e à falta de garantias de acesso aos residentes em Território de Baixa Densidade à educação, saúde, mobilidade, comunicação entre outros.”

Em caso de aprovação deverá a moção ser enviada aos Gabinetes do Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro Ministro, dos Senhores Deputados Eleitos pelo Círculo Eleitoral da Guarda e da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Mais informou que a presente Moção já foi discutida e aprovada em sede da JSD.

Pelo Senhor António Frias foi referido que, na ordem de trabalhos estava discussão da Moção que tinha sido apresentada pelo Senhor Dr. João Terreiro e não deu entrada mais nenhuma Moção para ser discutida por isso e com toda a pertinência que tenha a que o Senhor Miguel Pinto acabou de ler deve dar entrada, além do documento físico ser distribuído a todos os membros para todos se inteirarem do conteúdo, tendo em conta que se trata de uma Moção com a profundidade de um assunto de grande interesse e que a uns interessa mais do que a outros e o Miguel Pinto não optou pela melhor maneira de a apresentar. Primeiro deveria tê-la feito chegar à Mesa e votada para integrar a Ordem de Trabalhos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a razão ao Senhor Frias e referiu que o Senhor Miguel Pinto apresentou a Moção com toda a legitimidade e quem dirige os trabalhos é o Presidente da Assembleia por isso a Moção terá de ser votada para entrar na Ordem de Trabalhos e a Assembleia decidirá.

Sobre o assunto o Senhor Presidente referiu que, existe uma Moção que já foi agendada várias vezes a qual acabou de ler e cujo proponente não está presente não pediu para ser retirada pelo que, terá de ser votada, tendo-lhe dito declaradamente que não a iria votar favoravelmente porque discordava com alguns pontos, um por ter um vínculo marcadamente político partidário e outro por ser para consumo interno da Assembleia, porque se fica pela apresentação para apreciação na Assembleia o que é muito pouco e por outro lado porque se deverá fazer chegar aos Órgãos próprios com poder de decisão, nomeadamente ao Senhor Presidente da República, Deputados com assento parlamentar, ao Governo vigente para que tenha efetividade e por isso o seu voto não será naturalmente a favor.

Quanto à intervenção do Senhor Miguel Pinto leu a Moção, mas deveria tê-la proposto como uma Moção que seriam classificadas uma de A e B, ou 1 e 2 e seria colocada a votação para entrar ou não na ordem de trabalhos para poder ser apreciada.

Concretamente sobre a Moção do Senhor Miguel Pinto referiu que, embora concorde com os pontos que enunciou, segundo a sua opinião e ponto de vista lhe parece extemporânea, explicando que irá haver eleições para o Presidente da República em 24 de janeiro de 2021 e um dos Órgãos a que a Moção deve ser enviada é nomeadamente ao Presidente da República, pensando que depois desta eleição teria mais sentido a Moção poder ser discutida e eventualmente aprovada para ser remetida ao Presidente eleito, e todas as Entidades mencionadas.

Pelo Senhor Miguel Pinto foi dito que, concorda com a retirada da Moção e que a fará chegar ao Senhor Presidente da Assembleia para ser agendada para a próxima

sessão da Assembleia Municipal e que desde que não fira o conteúdo está aberto a sugestões para alterar a mesma.

O Senhor Miguel Pinto fez uma declaração de voto dizendo que, vota contra a Moção do Senhor Dr. João Terreiro, com a condição de apresentar a que anteriormente leu.

Pelo Senhor Frias foi perguntado se a Moção era da JSD Concelhia ou de outro Órgão, tendo como resposta que a Moção era global da JSD.

Perguntou também se qualquer membro municipal que queira ver na ordem de trabalhos de uma Assembleia um assunto seu o pode mandar agendar para discussão. O Senhor Presidente da Assembleia informou que sim, porque nesta Assembleia funciona a democracia e a legalidade e bem basta quando há omissões por desconhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção sobre a Regionalização – Criação de Regiões Administrativas, apresentada pelo Senhor Dr. João Terreiro, a votação, tendo a mesma sido, rejeitada, por maioria, com um voto a favor, vinte e um votos contra e sete abstenções.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia manifestou a sua declaração de voto, dizendo, que votou contra porque não concorda com o vínculo político partidário da Moção e não diz que deve ser enviada aos Órgãos com poder de decisão para despoletar o processo de regionalização, concordando, no entanto, com a essência da mesma.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, manifestou a sua Declaração de Voto dizendo que não concorda com o teor político partidário, mas concorda com a essência da Moção e que mais uma vez se continua a adiar o que na sua opinião não deveria ser adiado e só por isso vota a favor.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma intervenção a fazer neste ponto da ordem do dia, tendo-se verificado que, se inscreveram os Senhores Joaquim dos Santos Lages.

Pelo Senhor Joaquim dos Santos Lages foi referido que mais uma vez existe diferença umas e outras regiões. Esclareceu que na sua exploração agrícola possui mais de mil azinheiras que não desenvolvem devido aos bovinos as destruírem. Queria fazer um projeto para salvaguardar essas azinheiras e falou com os técnicos que na nossa região esses projetos não são aprovados, mas são aprovados no Alentejo e mais uma vez se está a ser discriminados em relação a outras regiões, solicitando ao Senhor Presidente para que, numa próxima reunião a nível Nacional, perguntar porquê na nossa região há coisas que não são aprovadas e as mesmas coisas são aprovadas noutras regiões.

O Senhor Presidente da Câmara prontificou-se a analisar e perceber o que se passa e fazer uma comunicação à Direção Regional de Agricultura do Centro, solicitando os devidos esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, á saída havia uma pequena lembrança de Natal para todos os membros da Assembleia Municipal, produtos locais e que foi um projeto que se conseguiu apresentar e que teve uma boa aceitação e procura, durante os meses de agosto, setembro e novembro, fazendo a aquisição destes produtos locais para incentivar o comércio local e é uma lembrança que fica neste Natal difícil e que seja tomada como um gesto de reconhecimento e deixar aquele abraço virtual e desejar a todos e dentro do possível UM BOM NATAL E UM BOM ANO NOVO 2021, COM MUITA PAZ E MUITA SAÚDE.

O Senhor Vice-Presidente também agradeceu a todos os Senhores Presidentes de Juntas a colaboração e adesão que tiveram com os Presépios junto à árvore gigante que simboliza a esperança para o futuro, para o comércio e numa expectativa de se transformar um projeto futuro “Almeida Vila Presépio”, e o Turismo estará disponível para dar todo o apoio logístico.

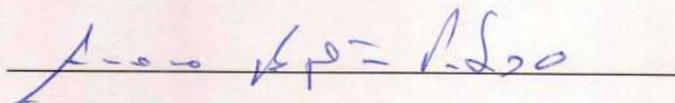
Antes de dar por encerrada a Assembleia o Senhor Presidente desejou a todos UM BOM NATAL, UM ANO NOVO MELHOR DO QUE O QUE ESTÁ A ACABAR E QUE SEJA DE SA ÚDE E SEM COVID.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Foi ainda deliberado, por unanimidade, esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 13:30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com o 2º Secretário subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



O 2º. Secretário da Assembleia Municipal,

